



RELATÓRIO ATIVIDADES IDP 2023

INTRODUÇÃO 03

ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR 04

Processos CIC 06

Nova Primavera 07

Tiradentes 10

Dona Cida 12

São Domingos 14

Marielle Franco 15

Elza Soares 17

CIDADANIA E TERRITÓRIO 19

Projetos no complexo de ocupações localizado na Cidade Industrial de Curitiba 22

Estudo Essencis 23

Espaço Comum 25

Ação Civil Pública sobre energia elétrica 29

Chacrinha 31

IDP 10 ANOS 36

FÓRUNS E ARTICULAÇÕES 49

AMP 50

Desepejo Zero 53

RENAP 55

CAMPANHAS, AÇÕES E PARCERIAS 57



INTRODUÇÃO

O ano de 2023 trouxe importantes conquistas para o Instituto Democracia Popular (IDP). No marco dos 10 anos de existência do Instituto, compromissos com as pautas populares foram reforçados, vitórias concretas na realidade das comunidades assessoradas foram conquistadas e o trabalho na defesa dos trabalhadores foi consolidado. A seguir compartilhamos principais ações e projetos desenvolvidos durante o ano, mas que seguem de forma permanente na defesa do direito à cidade e à saúde dos trabalhadores.



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

A assessoria jurídica popular é a espinha dorsal do instituto desde a sua fundação. Tem como objetivo promover a defesa jurídica e processual das comunidades acompanhadas, seja na defesa em ações possessórias coletivas ou nas demandas por regularização fundiária.

É realizada sempre em conjunto com movimentos sociais, lideranças comunitárias ou associações de moradores e busca colaborar com a organização política e a luta coletiva dos moradores por melhores condições de vida.

1.500 FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



Mapa Atuação

HISTÓRICO ASSESSORIA
JURÍDICA POPULAR

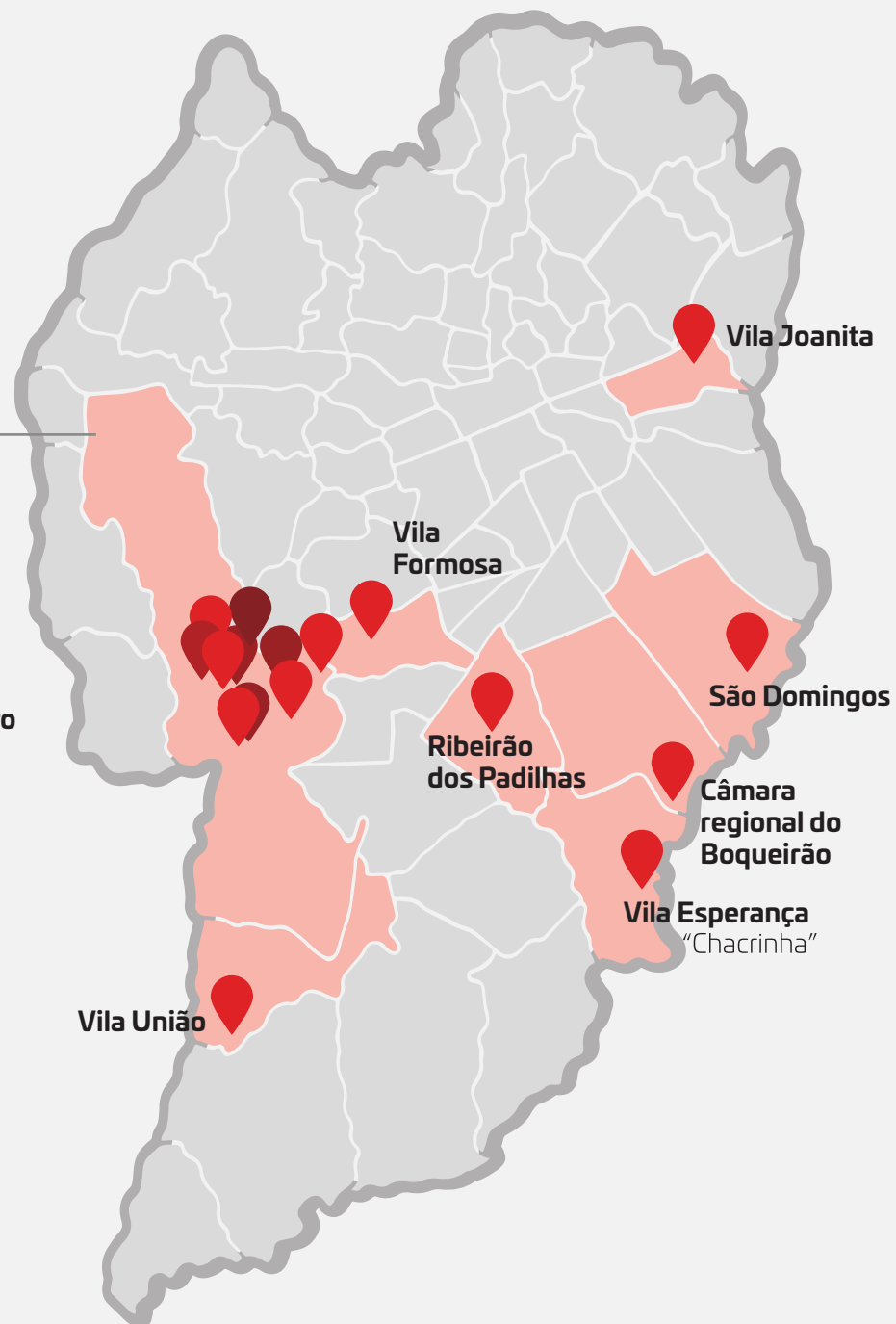
CIC

Vila Camargo
Nova Barigui
Nova Conquista
Vila Esperança
Sete de Setembro
Vila Sabará
Nova Primavera
Tiradentes
Dona Cida
29 de Março

Atuação fora
do município
de Curitiba

 Ocupação
Marielle Franco

 Ocupação
Elza Soares
PALMAS / PR





AJP

Processos

CIC

O complexo formado pelas comunidades Nova Primavera, Tiradentes, Dona Cida e 29 de março localizadas na Cidade Industrial de Curitiba consiste em um importante núcleo de ocupações urbanas que reúne mais de cinco mil moradores.

Organizadas pelo Movimento Popular de Moradia desde 2012, essas comunidades reivindicam alternativas habitacionais para a população de baixa renda e denunciam a ausência de políticas públicas populares na cidade de Curitiba.

Desde a sua fundação o IDP constrói relações com as áreas, realizando a defesa processual nas ações de reintegrações de posse das comunidades Nova Primavera, Tiradentes e Dona Cida. A ocupação 29 de março está localizada em área pública e não é reivindicada judicialmente.



Nova Primavera

A Ocupação Nova Primavera foi fundada em 2012 e é a primeira ocupação dentre as quatro comunidades, contando com cerca de 460 famílias. Está localizada em imóvel situado à Estrada Velha do Barigui, de propriedade da empresa Damiani, que atua no ramo da construção civil e ajuizou ação de reintegração de posse desde os primórdios da ocupação da área.

AJP: CIC



460 FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



14 IDOSOS



3 PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA



293 CRIANÇAS
BRASILEIRAS



54 CRIANÇAS
IMIGRANTES



156 FAMÍLIAS
DO HAITI



2 FAMÍLIAS DA
VENEZUELA



Na época foi concedida a medida liminar para desocupação, mas a medida nunca foi cumprida em decorrência de negociações sobre a área para implantação de empreendimento habitacional de interesse social no local. De fato, ao longo dos anos de 2012 a 2015, houve muitos avanços e a expectativa concreta de viabilização de um empreendimento na área, via Programa Federal Minha Casa Minha Vida Entidades, que atenderia tanto a comunidade, como os interesses dos proprietários.

No entanto, em 2016, com a extinção do programa a expectativa da comunidade se deslocou para a regularização fundiária, passando a se reestruturar no território, abrindo ruas, demarcando lotes e realizando a infraestrutura necessária para a permanência na área de forma mais digna. Em 2019 foi revogada a liminar de reintegração de posse, considerando a grande alteração da situação fática e a legítima expectativa dos moradores em permanecer na área.

Dessa forma, os debates no bojo do processo judicial passaram a ser direcionados para possível indenização da empresa proprietária, não subsistindo a pretensão de reintegração de posse. Em 2022 o processo foi remetido para atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TJPR, que realizou uma visita técnica na área em 23/11/2022, seguida de audiências de mediação via CEJUSC fundiária. Foram realizadas cinco audiências ao longo de 2023 (01/03, 05/05, 19/06, 03/08 e 28/08), sendo possível, ao final, firmar acordo para conversão do rito processual de ação possessória para um rito que contemple a solução por meio da desapropriação indireta da área.



O caso da Nova Primavera consiste em uma das **primeiras vitórias obtidas nos casos acompanhados pelo IDP** realizado de forma negociada via Comissão de Soluções Fundiárias do TJPR, instância inédita para tratamento das questões possessórias coletivas no Estado.

Atualmente, aguarda-se decisão do juízo de primeiro grau para que converta a ação de reintegração para desapropriação com condenação da Prefeitura Municipal de Curitiba, considerando se tratar de área de interesse social que foi objetivo de diversas benfeitorias realizadas pelo poder público.



Tiradentes

A comunidade Tiradentes está localizada na Rua dos Palmenses, iniciada em 2015 e reúne cerca de 420 famílias atualmente. A área é de propriedade da massa falida da empresa Stripes, à época da ocupação o terreno foi sublocado pela empresa Solvi Essencis S.A., administradora do aterro sanitário localizado no terreno ao lado da Tiradentes.

420 FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



11 IDOSOS



6 PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA



111 CRIANÇAS
ATÉ 13 ANOS



Em razão dessa situação, a área foi reivindicada por meio de dois processos judiciais diferentes em que houve deferimento de decisões liminares de reintegração, mas que os mandados nunca foram cumpridos. Dessa forma, a comunidade caminhou para sua consolidação, com reordenamento territorial, adequação das vias e delimitação dos lotes de moradores, visando a regularização fundiária e permanência na área.

Em 2022 o caso também foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do TJ-PR, com realização de visita técnica em 25/05/2022, seguida por audiências de conciliação no CEJUSC Fundiário. A proprietária do imóvel, Massa Falida Stipes Empreendimentos, em 01 de junho de 2022, formalizou proposta de doação da porção do imóvel ocupado pela comunidade para fins de regularização fundiária, a fim de encerrar a lide e o processo falimentar. A doação do imóvel foi

autorizada pelo juízo falimentar em dezembro de 2022, tendo sido acordado prazo de três anos para o pagamento do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD), que será doada para a associação de moradores do local.

O caso consiste hoje em uma experiência interessante a ser observada e de ter feito parte de sua construção, não apenas por apresentar uma resolução negociada do conflito possessório via TJPR, mas por conferir a propriedade de forma coletiva aos moradores, por meio da associação, impondo desafios que extrapolam o modelo da propriedade privada individual como conhecemos.



Dona Cida

450 FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



18 IDOSOS



10 PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA



230 CRIANÇAS
ATÉ 12 ANOS



DIVERSOS IMIGRANTES
EM ESPECIAL DO HAITI

A comunidade Dona Cida, conformou-se em setembro de 2016 sobre área situada à Estrada Velha do Barigui, sobre dois terrenos lindeiros de propriedade privada, o que deu origem à três ações que tramitam em conexão. As liminares inicialmente deferidas nesses processos foram revogadas por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná. Com o decorrer dos anos e a situação de consolidação, os proprietários solicitaram a conversão da ação possessória em ação indenizatória (desapropriação indireta), considerando a legítima expectativa de todos os envolvidos na lide em solucionar o conflito com a manutenção das famílias na área e as ações positivas do poder público que garantiram a permanência da comunidade na área. O juízo deferiu a conversão, determinando o ingresso da Prefeitura de Curitiba no polo passivo da lide, o que foi confirmado pelo Tribunal após recurso da Procuradora.

Tal qual nos outros casos, não subsiste pretensão de reintegração de posse. O diferencial no presente processo consiste no fato de que os próprios autores compreenderam a inviabilidade de efetuar a reintegração de posse diante da consolidação da área.

Assim, a defesa jurídica dos proprietários e dos moradores adotaram estratégias condizentes, considerando que o poder público deve ser o principal responsável em solucionar a questão, por tratar-se de nítido interesse social.



SÃO DOMINGOS

56

**AÇÕES DE
USUCAPIÃO
AJUIZADAS**



5

**MATRÍCULAS
REGISTRADAS**

A atuação do IDP na Vila São Domingos existe antes mesmo da fundação formal do Instituto, prestando assessoria jurídica para a comunidade diante das ofensivas realizadas pela Prefeitura Municipal para remoção das famílias por meio de verbas dos programas federais como Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O acompanhamento da Vila foi impulsionado pelo movimento Aliança pela Legalização das Moradias, que em 2015 reuniu diversas associações de moradores.

Diante da impossibilidade de regularização fundiária coletiva da comunidade pela inexistência de projetos nesse sentido no âmbito municipal, a assessoria jurídica do instituto adotou a estratégia judicial com ajuizamento de ações de usucapião na área.



MARIELLE FRANCO

Palmas/PR





A ocupação Marielle Franco está localizada em Palmas/PR, foi ocupada em janeiro de 2021 com cerca de 50 famílias que passaram a residir em terreno abandonado devido às dificuldades financeiras impostas pela pandemia do Covid-19. A comunidade está localizada em terreno particular reivindicado pela família proprietária por meio de ação de reintegração de posse ajuizada dias depois da ocupação. A defesa jurídica da área consiste na primeira atuação judicial do Instituto Democracia Popular no interior do estado e é realizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região sudoeste, que reverteram a liminar de reintegração de posse que havia sido concedida no primeiro grau.

O caso foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Paraná, onde após sete audiências de conciliação foi possível estabelecer acordo para permanência das famílias no imóvel. A Prefeitura Municipal de Palmas se responsabilizou pela desapropriação do imóvel, já tendo sido encaminhada aprovação na Câmara de Vereadores da cidade. A atuação consiste em medida inédita, na qual o poder público se responsabilizou pela aquisição do imóvel a fim de solucionar o conflito fundiário, sem que houvesse qualquer determinação judicial para tanto.

Atualmente as famílias, sem risco de despejo, caminham para a regularização fundiária e melhorias habitacionais.



ELZA SOARES

Palmas/PR





Após a parceria estabelecida em Palmas, os moradores da comunidade Elza Soares solicitaram apoio do MST e IDP, que também assumiram a defesa jurídica da área. Diferente dos demais casos, a comunidade Elza Soares surgiu pela ocupação de conjunto habitacional abandonado, construído no bojo do Programa Minha Casa Minha Vida. O Conjunto Habitacional Palmas XI foi iniciado em 2013 e previa a construção de 126 casas que seriam concluídas em 2014, no entanto, por problemas com a construtora licitada, o empreendimento permaneceu abandonado até o ano de 2017, quando foi ocupado por famílias de baixa renda e sem alternativa habitacional.

O Fundo De Arrendamento Residencial - FAR representado pelo Banco do Brasil ajuizou ação de reintegração de posse contra as famílias quatro meses após a ocupação do conjunto em

questão, em processo que permaneceu inerte até o ano de 2022, quando o Instituto passou a atuar na defesa jurídica. O caso foi remetido para a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná, tendo sido realizadas audiências de conciliação através do CEJUSC. As audiências não resultaram em nenhum acordo devido a ausência do FAR que não compareceu em nenhuma mediação para representar o posicionamento do Governo Federal em relação aos empreendimentos não concluídos e ocupados, como o caso de Palmas. Considerando a mudança do Poder Executivo no ano de 2023 aguarda-se diretriz que permita a permanência das famílias no território que ocupam há sete anos.



CIDADANIA E TERRITÓRIO



"O C&T"

O projeto Cidadania e Território foi elaborado ainda em 2019, como proposta de curso itinerante a ser ofertado em comunidades marcadas pela insegurança jurídica da posse, sempre ajustado às realidades locais e agregador de diferentes atores com presença nos territórios. O escopo fundamental do curso era então oferecer aportes de saberes técnicos e políticos como instrumental para fortalecimento das lutas associativas pela terra na cidade.

O projeto partiu do ponto de vista da assessoria jurídica popular, pela percepção da necessidade de qualificar a atuação nas comunidades por meio de processos de formação/educação popular. A dinâmica das lutas locais, normalmente de viés jurídico, quer seja no conflito judicial ou nos processos de negociação com o poder público por melhorias locais, envolve frequentemente um saber técnico não apropriado pelas comunidades.

Na primeira configuração prevista, como curso itinerante, o projeto teve início em 2020 com uma primeira oficina ofertada para lideranças das ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Dona Cida e Tiradentes, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) a respeito da formação econômica das cidades e alguns conceitos jurídicos básicos, como posse/propriedade. Porém, o projeto foi interrompido em decorrência da pandemia.

No ano de 2021, no esforço de retomada da presença nos territórios, o projeto foi retomado tendo como foco a atuação nas comunidades Dona Cida e Tiradentes, com um novo enfoque para ações de planejamento territorial comunitário, dada a circunstância de consolidação das áreas e o avanço do processos judiciais rumo à perspectiva de permanência das comunidades.

Fiel a seu princípio de antes de tudo, atender as demandas das comunidades e não criar demandas deslocadas, o projeto foi se qualificando, incorporando, além do propósito formativo e instrumentalização de saberes técnicos pelas comunidades, a realização de ações e estudos técnicos estratégicos para as lutas das comunidades junto ao poder público.

O projeto engloba, assim, ações de formação vinculadas a agendas de melhorias das comunidades; elaboração de estudos técnicos visando à permanência e melhoria urbanística e ambiental das comunidades; ações de capacitação e assessoramento de lideranças comunitárias para lutas associativas e conta com um importante corpo de voluntários de várias áreas do conhecimento, essencial para a atuação interdisciplinar que o projeto propõe.

O projeto é dividido em duas frentes de atuação de acordo com os territórios, são eles as ocupações localizadas no complexo da CIC e também a comunidade Chacrinha/ Vila Esperança, no Alto Boqueirão.





Projetos no complexo de ocupações localizado na Cidade Industrial de Curitiba



**C&T
CIC**

A partir da atuação do Instituto na assessoria jurídica popular das ocupações Nova Primavera, Tiradentes, 29 de março e Dona Cida, localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), demandas que vão para além da assistência jurídica foram apresentadas pelos moradores. Dentre as demandas, destacou-se a ausência de um espaço de lazer mais próximo da comunidade para os moradores usufruírem e a existência do aterro sanitário instalado ao lado das ocupações em razão do impacto em seu cotidiano.

Estudo Essencis

Esse estudo foi motivado pelos impactos negativos cotidianos que a empresa Essencis Soluções Ambientais gera nas áreas do seu entorno, que é densamente habitada e com presença de inúmeros equipamentos urbanos.

O trabalho busca sistematizar o histórico de implantação e funcionamento do aterro, bem como os problemas que sua presença tem desencadeado na região. Essas informações são de especial importância considerando o momento em que vivemos da cidade de Curitiba e da região metropolitana, que inicia suas discussões em torno do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI e tem em vista também uma nova licitação da destinação de resíduos sólidos por meio do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – Conresol.



Nesse momento de revisão e planejamento, é fundamental que se contemple um plano e indicativo terminativo para encerramento das atividades do Aterro, cuja continuidade de atividades desde 1997 não é condizente com as transformações urbanas e sociais da região.

O lançamento do estudo foi realizado no local onde está instalada a vigília da ocupação Tiradentes II em frente ao aterro sanitário. O documento foi distribuído entre as lideranças das comunidades da região e representantes do legislativo que se fizeram presentes. Após esse lançamento e apresentação do estudo direcionado para os moradores da região, foram realizadas diferentes reuniões com membros do Poder Legislativo e Poder Judiciário com interesse no tema, para também apresentar o material.

A partir do panorama exposto no dossiê, pretende-se estudar formas de atuação concreta para obstar a continuidade das ilegalidades do aterro.

Espaço Comum

O projeto do “Espaço Comum”, foi pensado a partir de um diagnóstico comunitário realizado em decorrência do trabalho de conclusão de curso de uma das voluntárias do projeto Cidadania e Território.

Em seu trabalho, ela fez um estudo de mobilidade que envolveu a realização de oficinas para dialogar com os moradores das ocupações Dona Cida e Tiradentes, onde foram identificadas diversas demandas, dentre elas a necessidade de um espaço de lazer mais próximo das comunidades.



Esse diagnóstico levantou os seguintes pontos: crianças brincam na rua, não há um espaço de reunião e permanência, programas de esporte e lazer estão muito distantes, durante os finais de semana as ruas ficam cheias pela falta de alternativa de espaço comum estruturado.

Com esse diagnóstico foi proposto aos moradores a construção de uma praça que pudesse suprir a demanda de lazer das comunidades. Os que tiveram maior participação durante a etapa de diagnóstico foram mães e crianças que se mostraram muito interessadas.

A proposta de praça consiste na construção coletiva de um espaço público comunitário, que ofereça estrutura para lazer e reunião aos moradores, tendo como diretrizes orientadoras:

Atender a demandas reais dos moradores de espaços para lazer e convivência da população;

Estimular a ocupação de territórios pelos moradores de forma coletiva, estimular encontros, convivência entre os moradores das quatro ocupações da região;

Buscar um processo comunitário e participativo de projeto e construção; englobar as demandas das crianças com sua participação direta no processo;

Buscar solucionar algumas das demandas de mobilidade já mapeadas.

Dessa forma, considerando a demanda apresentada pela comunidade, bem como a partir das opções de espaços livres para construção, a decisão coletiva foi pela realização de um parquinho na Rua Estrada Velha do Barigui, no território que corresponde a ocupação Dona Cida, onde já existe uma iniciativa de parquinho, mas que atualmente encontra-se bastante degradado.



Leitura e Projeto comunitário:

Durante o ano de 2023 foram realizadas oficinas com a comunidade para dialogar sobre os interesses e demandas para a construção da área de lazer e levantamento de itens específicos que a comunidade compreende como necessários para o parquinho.

A partir das considerações foi elaborado projeto arquitetônico que engloba a área do parquinho com brinquedos, expansão do espaço já existente para área adjacente com o intuito de instituir espaço de convivência para as mães com mesas e cadeiras, e a construção de calçadas em todo o espaço comum.



Arrecadação de materiais e divulgação:

A partir de parceria com a Academia Hype foi possível arrecadar quase a integralidade do valor necessário para a construção.

Mutirões comunitários de construção:

Durante o ano de 2024 pretende-se realizar mutirões de construção em conjunto com os moradores, equipe do projeto cidadania e território, voluntários e militantes apoiadores da causa.

Atualmente o projeto se encontra na fase de arrecadação monetária para posteriormente passarmos a execução.

Ação Civil Pública sobre energia elétrica



Como forma de expandir a atuação na defesa do direito à cidade, e compreendendo que o direito à moradia é muito mais que quatro paredes e um teto, o Instituto Democracia Popular realizou em 2023 iniciativas que buscam garantir acesso a demais direitos essenciais para uma vida digna. Da atuação nas áreas de ocupação foi possível observar a demanda apresentada pelos moradores em relação à energia elétrica, que não é fornecida de maneira adequada nas áreas.

Os moradores historicamente realizam ligações informais para acessar direitos mínimos para sobrevivência comunitária, o que ocorre nas ligações de água, luz e esgoto, por exemplo. No entanto, as ligações de energia além de perigosas, não suprem a alta demanda dos moradores, gerando instabilidade, queima de eletrodomésticos e até mesmo quedas de energias que podem durar várias horas.

Assim, no ano de 2023 o instituto iniciou estudos e elaboração de uma ação civil pública para reivindicar a autorização municipal e condenação da COPEL para instalação de transformadores que irão beneficiar os moradores de todas as comunidades da CIC acima mencionadas. Pretende-se utilizar os instrumentos jurídicos e processuais disponíveis para a garantia de direitos que o poder público se recusa a atender.

Inaugura-se assim uma perspectiva da assessoria jurídica popular no IDP que está focada não apenas na defesa contra remoções forçadas, mas sim de forma propositiva, de avanço na garantia de direitos e regularização fundiária das comunidades.

Sob fundamentos como o direito ao serviço essencial e o direito à segurança, pretende-se ajuizar a ação no ano de 2024, restando pendente estudos técnicos que demonstrem que tipo de melhorias precisam ser realizadas na área para garantir segurança e acesso ao serviço da rede de energia elétrica de qualidade.



C&T
CHACRINHA





CHACRINHA

65

FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



49

CRIANÇAS



A aproximação com a comunidade Chacrinha-Vila Esperança se deu por meio do MST, que ao realizar ações de solidariedade na área, identificou demandas de acompanhamento e mobilização comunitária. Localizada no bairro Alto Boqueirão em Curitiba, a comunidade é composta por 65 famílias e 49 crianças.

A comunidade conformou-se sobre imóvel particular, sendo que parte dos moradores adquiriram a área informalmente de Cecília e Wenuto Milhoreto, que por sua vez a adquiriram por meio do processo de usucapião nº 27/1998.

Seus moradores têm sofrido com notificações para remoção da área com base em justificativas ambientais.



O caso encontra-se judicializado através do autos de nº8800-96.2014.8.16.0004, sem que se discuta a possibilidade de regularização fundiária da área.

Apesar de tratar-se de área de ocupação antiga, ainda que com processo de adensamento populacional mais recente (a partir de 2009), a comunidade não conta com qualquer tipo de infraestrutura, como pavimentação e conta com acesso a água e luz precários, não sendo atendida pela rede de saneamento. As casas não contam com numeração predial oficial e não há acesso à correspondência.

O acesso principal da comunidade passa por outra área de ocupação informal, a Vila Pantanal, sendo dois núcleos distintos de ocupação. Para chegar a comunidade é necessário percorrer aproximadamente 1.2 quilômetros por caminho não pavimentado, sem

iluminação e sem trânsito de pessoas, razão pela qual muitas crianças eventualmente deixam de ir à escola por dificuldades ocasionadas pela chuva, ou mesmo por receio dos pais, pelo fato de tratar-se de caminho perigoso.

Dessa forma, dentre as demandas identificadas, o Instituto passou a encaminhar as questões de mais fácil resolução em conjunto com a Promotoria das Comunidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), como a reivindicação de uma caixa postal para a comunidade e transporte escolar. Para subsidiar as reivindicações foi realizado cadastramento da comunidade, onde foi possível identificar o número de moradores, e em especial de alunos da rede pública da região.



Os dados obtidos foram encaminhados para o MPPR, e se aguarda retorno acerca das demandas apresentadas.

Outra demanda da comunidade consistia na formalização de associação de moradores para representação e reivindicação de melhorias perante o Poder Público. Após um longo caminho de complexidades referente a burocracias e problemas com cartórios registradores, no ano de 2023 o Instituto logrou finalizar a formalização da Associação de Moradores Chacrinha - Vila Esperança, sendo uma das primeiras conquistas da atuação na área.





Além disso, desde 2022, o Instituto estabelece parceria com o curso de engenharia civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e em 2023 foi formalizado o projeto de extensão “Meios de Divulgação para Tecnologias Sociais Sustentáveis para Habitação - Caso da Comunidade Chacrinha - Alto Boqueirão”, coordenado pelo professor Dr. Alfredo Iarozinski Neto.

A principal ação a ser desenvolvida é a construção de uma sede comunitária da associação de moradores, tendo sido realizada reuniões de organização e uma primeira oficina de apresentação de propostas de técnicas construtivas sustentáveis.

A construção da sede da associação consiste em um dos principais projetos desenvolvidos na área, compreendendo que por meio da existência de um espaço coletivo poderá ser impulsionar outras lutas pela melhoria da qualidade de vida dos moradores.



IDP10

**10 ANOS DE INSTITUTO
DEMOCRACIA POPULAR**



O Instituto Democracia Popular surgiu como instrumento de luta de classes, com vistas à defesa do direito à moradia e à cidade e com o propósito de ampliar a discussão trabalhista, contemplando a realidade das condições de reprodução do trabalho de forma mais ampla, desde a perspectiva dos territórios e dos direitos sociais.

Ao longo desses dez anos de atuação o Instituto acumula vitórias e aprendizados, e passou por diversos ciclos de atuação e incidência em torno das políticas públicas locais e hoje figura como espaço de articulação e ferramenta de lutas sociais. Ao longo desta década passamos por muitos cenários políticos e diversas agendas.

No surgimento do IDP, estávamos em um cenário federal com compromissos consideráveis com os movimentos sociais e

praticava políticas sociais e de desenvolvimento em um contexto econômico consideravelmente melhor que o que nos encontramos neste momento.

A despeito de tal cenário, o IDP surge de um processo local ensejado justamente neste contexto de maior pujança, pela ameaça de despejo provocada por um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Naquele momento os usos dos recursos federais eram aplicados localmente por governos municipais que partiam de uma perspectiva de remoção das áreas de ocupações, mesmo que consolidadas, ignorando possibilidades de requalificação e integração urbanística das comunidades.



Em razão desse contexto o IDP surgiu muito associado à incidência pela implantação de uma política efetiva de regularização fundiária de interesse social na cidade de Curitiba e como força articuladora entre diferentes comunidades. Desde então o IDP acompanha e participa ativamente da discussão sobre o planejamento e política urbana em Curitiba, sempre pela perspectiva do direito à cidade e junto a comunidades.

Ainda nesse mesmo contexto, em seus anos iniciais, o Instituto passou a atuar fortemente desde a perspectiva da assessoria jurídica popular pelo direito à moradia, na defesa de comunidade em ações possessórias. Paralelamente ao eixo urbano de atuação, em decorrência de sua origem na advocacia trabalhista, o Instituto manteve sempre o propósito de pensar a classe e promover processos de formação sobre o mundo do trabalho.

A partir de 2016 com o golpe no governo de Dilma Rousseff e posteriormente com o avanço de abusos do sistema de justiça e no ápice do retrocesso com o governo Bolsonaro, o IDP se aprofundou na atuação em torno da democracia, seja pela perspectiva institucional, em torno da participação popular no planejamento do Estado e no acesso à justiça, mas também, pelo fortalecimento das lutas associativas de base junto a comunidades periféricas. Especialmente desde 2018 e com o agravamento da crise social, essa perspectiva de fortalecimento dos laços associativos e comunitários de base tornou-se cada vez mais importante em nossa atuação.

Os anos de 2020 e 2021 foram de crise em múltiplos aspectos. Além da crise de saúde pública decorrente do Coronavírus e todas as perdas humanas às quais assistimos, a crise econômica e social foi agravada e observamos



um processo de empobrecimento dos brasileiros. Nesse contexto, pelo Instituto encampamos campanhas de solidariedade, como em parceria com o coletivo Marmitas da Terra, que fortaleceu nossa crença na imprescindibilidade da reforma agrária popular para que tenhamos cidades mais justas e qualidade de vida para a população urbana. Portanto, as lutas pela reforma urbana e pela reforma agrária devem caminhar juntas, visando ao bem viver do povo, notadamente o fortalecimento da classe trabalhadora.

Nas mais diversas conjunturas enfrentadas desde 2013, o Instituto sempre se manteve fiel à sua missão na defesa da classe trabalhadora e do direito à cidade, desde a perspectiva da democracia popular.

Como forma de celebrar estes 10 anos de existência, o Instituto promoveu uma série de eventos para debater importantes pautas que foram permanentes na atuação do IDP e também debates que se pretende travar nos próximos 10 anos. Foram eles:



31/10/2023

EXPOSIÇÃO: **Invisíveis do Trabalho**

Como parte da frente de cultura do IDP, a casa do Instituto abrigou a exposição 'Invisíveis do Trabalho' de Yuri Campagnaro. Em seu trabalho, o artista destaca as histórias escondidas por trás dos uniformes. Um conjunto de pinturas, gravuras e desenhos que nos convidam a refletir sobre desigualdade social, racismo e a desvalorização dos trabalhadores. A exposição é assinada pela curadoria de Cadu Cinelli e Yasmim Reck.

60 pessoas estiveram presentes no dia da abertura da exposição



IDP10 ANOS



09/11/2023

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS:

*CENÁRIO MUNICIPAL,
ESTADUAL E FEDERAL*

Pensando na necessidade de compreender as políticas públicas de habitação vigentes hoje no país, tanto a nível federal com as mudanças positivas conquistadas em 2023, mas também nas demais esferas estaduais e municipais, o evento reuniu importantes trabalhadora/es e militantes da questão urbana para pensar estratégias no fortalecimento da luta pelo direito à moradia a partir dos instrumentos disponíveis no poder público atual.



IDP 10 ANOS



11/11/2023

PEDAL POPULAR **& OFICINA DE TÉCNICAS** **CONSTRUTIVAS** **SUSTENTÁVEIS**

NA COMUNIDADE VILA ESPERANÇA/CHACRINHA

O evento consistiu em uma das principais ações da comemoração de 10 anos do Instituto e contou com o patrocínio da Itaipu para a realização da atividade. O objetivo consistia em aproximar diferentes grupos que defendem o direito à cidade a partir de uma perspectiva socioambiental, visando contribuir para a organização comunitária. Contou com a participação de moradores da Comunidade Vila Esperança/Chacrinha, Instituto Democracia Popular (IDP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e cicloativistas da Articulação Mobilidade Popular (AMP).



O pedal popular possibilitou que o movimento cicloativista conheça uma região da cidade marcada por vulnerabilidade, muito diferente do que se costuma conhecer nas áreas tradicionais onde se pratica esporte e lazer, descentralizando as atividades. Por parte da comunidade, também existe uma demanda em dar visibilidade às reivindicações dos moradores, o que tem sido realizado por meio de visitas de vários grupos. Além disso, o evento contou com a participação do projeto de extensão do curso de Engenharia Civil da UTFPR que realizou oficina sobre técnicas construtivas sustentáveis na comunidade.

A ação proporcionou encontro das diversas frentes de atuação do Instituto: cicloativistas, universidade e assessoria jurídica popular, potencializando o impacto das ações, ao permitir uma abordagem mais abrangente e integrada. Permitiu trocas de conhecimentos e experiências entre as diferentes áreas de atuação, enriquecendo tanto as atividades em si como a todas as frentes participantes. Através do diálogo e da troca de experiências, a atividade conferiu visibilidade à comunidade, suas demandas e organização comunitária.



50 pessoas participaram do pedal.
Almoço para 200 pessoas na comunidade.



14/11/2023

CAPACITAÇÃO **PARA ORGANIZAÇÕES** **ANTIRRACISTAS**

IDP 10 ANOS



Reconhecendo a importância da pauta da raça, classe e gênero, a Rede de Mulheres Negras Paraná ministrou encontro sobre o combate ao racismo, onde estiveram presentes coletivos e movimentos sociais da cidade de Curitiba. Durante a formação foram abordadas questões ligadas ao histórico do racismo no Brasil e ao seu caráter estrutural, como definido por Sílvio Almeida. Atentou-se a necessidade de ampliarmos a visão sobre o racismo para além da questão socioeconômica. Para organizações que se colocam como antirracistas, fica o desafio de pensar no acesso mas também na garantia de permanência de pessoas negras nos espaços. Também se ressaltou a importância do pensamento e prática coletiva para a construção de uma sociedade mais justa.

10 organizações participaram da formação



IDP 10 ANOS



18/11/2023

OFICINA PROJETAÇÃO **COMUNITÁRIA** **DO PARQUINHO** **DAS CRIANÇAS**

A ação desenvolvida pelo projeto Cidadania e Território entrou no calendário das comemorações do “IDP 10 anos”. A arquiteta Sabrina Kurchaidt, coordenadora da ação do parquinho apresentou para as mães, crianças e apoiadores da comunidade, projeto arquitetônico do parquinho da ocupação Dona Cida CIC. Com a apresentação, os moradores puderam emitir sua opinião acerca da proposta, e as sugestões foram incluídas no projeto, que será executado no ano de 2024.

A demonstração foi seguida de ação lúdica de projetar, com materiais alternativos, um croqui em tamanho real do espaço para que as crianças da comunidade pudessem expressar como gostariam que fosse o espaço do parquinho.



22/11/2023

TRABALHO **COMO EXISTÊNCIA** **E RESISTÊNCIA**

A comemoração de 10 anos do IDP não poderia deixar de fora a pauta do direito e saúde do trabalhador, debate que sempre esteve presente nos 10 anos do instituto. O debate em torno do Trabalho como Existência e Resistência abordou os desafios e perspectivas do trabalho e do direito do trabalho a partir de aportes marxistas e as discussões que têm sido levadas ao Poder Judiciário a respeito do tema.





IDP10 ANOS



28/11/2023

TRABALHADORES **INVISÍVEIS** **E O CAPITALISMO** **DE PLATAFORMA**

O debate sobre o trabalho e sua precarização em tempos de capitalismo de plataforma, é uma urgência no que trata de direitos e saúde de trabalhadores. Assim, o evento teve como objetivo o fortalecimento e aproximação das agendas associadas aos trabalhadores informais, considerando a preocupação de refletir, dialogar e fortalecer as reivindicações da ampla gama de trabalhadoras e trabalhadores que assolados pelo crescente processo de terceirização, pejotização, trabalho plataformizado e fragmentação das bases de organização e luta da classe.



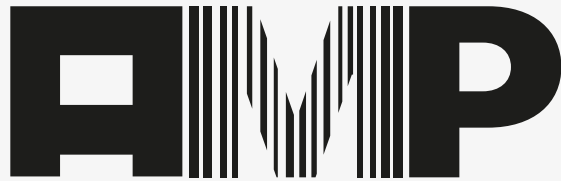
30/11/2023

DESAFIOS DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL DE CURITIBA

A questão ambiental e as mudanças climáticas tornaram-se nessa última década um fato incontestável e urgente, que deve atravessar toda seara de políticas públicas e formulação política. Desde a atuação junto aos conflitos fundiários, também percebemos que as comunidades e populações socialmente mais vulneráveis são as mais penalizadas com essas mudanças. Nesse sentido, o evento consolidou o propósito e desafio de inserção da agenda da justiça ambiental como centralidade de nossa atuação nos próximos anos, assim como a necessidade de fortalecer as reivindicações já existentes com relação a questões socioambientais junto ao Poder Público.



FÓRUNS E ARTICULAÇÕES



Articulação Mobilidade Popular

A Articulação Mobilidade Popular surge como espaço de encontro de agendas em torno da mobilidade urbana em sua diversidade, em especial de ativistas da ciclomobilidade e de pesquisadores e militantes pelo transporte público coletivo e da tarifa zero.

O encontro foi impulsionado pela I Feira da Mobilidade Sustentável (2022), promovida pelo Fórum da Mobilidade Ativa de Curitiba, na qual foi lançada o Carta Compromisso pela mobilidade sustentável no Paraná e o material “Existe busão de graça no Paraná!”, que busca demonstrar a viabilidade de implantação de sistemas de gratuidade no transporte público coletivo.

A mobilidade urbana vem assumindo cada vez mais centralidade como condição do bem estar social, em especial nos centros urbanos, não por outra razão o transporte foi alçado à categoria de direito social constitucional (Art. 6º da Constituição Federal).



E assim, a necessidade de promoção da articulação veio da percepção da fragmentação das agendas em torno da mobilidade, cujas organizações políticas tendem a trabalhar de forma setorializada, dentro do debate da ciclomobilidade ou da tarifa do transporte público, por exemplo. A partir desse diagnóstico, acreditamos que a mobilidade deve ser vista como problema estrutural, articulando-se todas suas facetas, a partir do princípio transversal da igualdade no acesso à cidade.

Em 2023, a Articulação Mobilidade Popular se consolidou como agente propositiva e também integrando ações como convidada. Um dos indicadores dessa consolidação foi a nomeação da AMP como representante da região Sul na Coalizão Triplo Zero.

AÇÕES AMP EM 2023

Mobilização

Campanha "6 tão loucos!", junto aos protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em Curitiba (Março)

Pedal Popular Chacrinha (Novembro)

Pedal Jornada Agroecologia (Novembro)

Café com Debate #TarifaZero - Terminal Caiuá (Dezembro)

Formação

Mobilidade em Jogo: Quem é quem no jogo da Mobilidade (Abril)

Mobilidade em Jogo: Notícias do Futuro (Junho)

Oficina: Projeto de Lei "Busão 0800" (Novembro)

Percurso formativo
Mobilidade em Jogo: Direito à Cidade, Quanto Custa (Dezembro)

Eventos

Seminário Transporte como Direito e Caminhos para a Tarifa Zero (Junho)

Alleyminski - Roda de conversa: Ocupar a Cidade de Bicicleta (Junho)

Feira MUS (Setembro)

Paraná Bici + Visita Técnica Renata Falzoni (Setembro)

Bicicultura (Novembro)



Campanha Despejo Zero

5.200 FAMÍLIAS
BENEFICIADAS



Em Curitiba e RMC

FÓRUNS & ARTICULAÇÕES



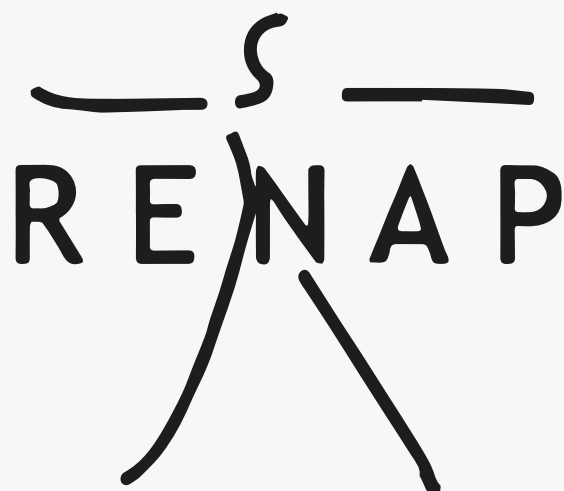
A Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade, lançada no mês de junho de 2020 por movimentos e organizações sociais, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. No Paraná, a iniciativa envolveu ocupações do campo e da cidade para reivindicar o fim dos despejos forçados e a regularização fundiária das áreas.

Como forma de dialogar com o Poder Público acerca das pautas das comunidades, foram realizadas diversas reuniões de negociação com autoridades das mais diversas instâncias como TJPR, MPPR, DPE, parlamentares e representantes dos poderes executivo municipal e estadual.



As reuniões são acompanhadas por marchas de caráter massivo com presença de moradores das 21 (vinte e uma) ocupações urbanas de Curitiba e Região, e 90 (noventa) acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Instituto Democracia Popular contribuiu para a redação e organização das pautas apresentadas para as autoridades, bem como na organização e repasses para as comunidades assessoradas. Ainda, em abril de 2023, o Instituto esteve em Brasília em reunião com Jader Filho, Ministro das Cidades, reivindicando a criação de instância nacional para mediação dos conflitos fundiários urbanos.



Rede Nacional de Advogados Populares

FÓRUNS & ARTICULAÇÕES



A Rede Nacional de Advogados Populares é um espaço de referência para a advocacia popular, no campo da formação técnica, política e trocas de experiências entre as lutas travadas nacionalmente.

Nos últimos anos, a rede articulou-se localmente em especial em relação ao debate da moradia, em conjunto com a articulação Despejo Zero, no sentido de demandar do poder público um fluxo de atendimento nos casos de despejos e de ocupações recentes, que aumentaram de forma expressiva na pandemia.



RENAP



Em novembro de 2023 o Instituto Democracia Popular esteve presente no 27º Encontro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares em Porto Velho, Rondônia. O encontro reuniu advogados populares de todo o país para discussão de pautas urgentes para os movimentos sociais, como os conflitos fundiários, raça/classe/gênero. Por ter sido realizado no norte do país, os debates socioambientais tiveram centralidade, debatendo sobre os territórios e direitos indígenas, grandes empreendimentos como barragens e mineração, bem como outras questões essenciais para compreensão da realidade do território amazônico.



**CAMPANHAS,
AÇÕES
E PARCERIAS**



“Quem tem fome não pode esperar”



A campanha “Quem tem fome não pode esperar” é idealizada pelo Escritório Nuredin Ahmad Allancom parceria do Instituto Democracia Popular e tem ocorrido anualmente desde 2020.

Em 2023, a campanha arrecadou 5 toneladas em alimentos e o escritório colaborou doando mais 5 (cinco) toneladas que foram distribuídas para famílias vulneráveis de Curitiba e Região Metropolitana.

O Instituto indicou comunidades assessoradas e parceiras para o recebimento das doações: Chacrinha no bairro boqueirão; Portelinha no bairro Fazendinha; Dona Cida, Tiradentes, 29 de março e Nova Primavera, no complexo da CIC e Projeto “Anjos Noturnos” (que prepara e entrega comida para população de rua em Curitiba).



Termo de Cooperação de Trabalho com o Município de Rio Branco do Sul



Em outubro de 2023, o Instituto Democracia Popular realizou reuniões para a formalização de parceria com o município de Rio Branco do Sul para a elaboração de minutas de lei sobre dois instrumentos urbanísticos que o Poder Público Municipal pretende implementar com o processo de revisão do Plano Diretor.

Realizadas as reuniões prévias sobre metodologia de trabalho e prazos para elaboração das minutas e a definição dos instrumentos sobre os quais poderíamos prestar um auxílio mais especializado.

No dia 07 de dezembro de 2023 o termo de cooperação de trabalho foi firmado na sede da prefeitura de Rio Branco do Sul, com a previsão para finalização das minutas sobre o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo e o Estudo de Impacto de Vizinhança até fevereiro de 2024.

A minuta sobre o IPTU progressivo no tempo foi entregue em 21 de dezembro de 2023, restando apenas a minuta que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança para entrega.



Cartilha: **Ocupa a rua**

O instituto está elaborando em conjunto com o mandato do deputado estadual Goura a reedição da cartilha: “Ocupe as Ruas!”.

O material consiste em um guia sobre as diversas formas de ocupar a cidade e os caminhos a serem percorridos para instituir ações na rua, desde arte, música, esporte, pedal, horta, até o próprio carnaval.

Os conteúdos estão sendo elaborados coletivamente e contou com a participação de atores interessados e especialistas em cada uma das temáticas para que sejam colocadas suas perspectivas e críticas acerca das formas de se movimentar no espaço urbano.

A inauguração da cartilha em sua versão impressa ocorrerá no ano de 2024.





Cartilha: **Associações**

Diante das diversas procuras para formalização de associações, seja de moradores ou de outros tipos de coletividades, o Instituto Democracia Popular em conjunto com o Mandato da Deputada Federal Carol Dartora está elaborando uma cartilha com o passo a passo para a formalização de associações. Desde as ações necessárias para criação em cartório, até o CNPJ e requisitos para sua manutenção. A previsão para lançamento da cartilha é no decorrer do ano de 2024.



Pedal Jornada da Agroecologia

O Pedal da 20ª Jornada da Agroecologia foi uma iniciativa articulada por integrantes da AMP e do PEDAL UFPR, na proposta de, além de prestigiar o evento, fortalecer o comitê popular: Pedal Popular.

O comitê Pedal Popular é fruto das bikeatas pela democracia (2020-2021) e aos atos "Pedalula", realizados nas eleições de 2022. O comitê tem como objetivo promover pedaladas como uma forma criativa e inovadora de mobilização e ocupação das ruas da cidade em torno de pautas que não sejam necessariamente a própria agenda da bicicleta. Seja motivados por pautas progressistas, democráticas, como pela ampliação e fortalecimento das ações no território.





UTILIDADE **PÚBLICA**

A Lei nº 16.219 atribui ao Instituto Democracia Popular o título de Utilidade Pública, a proposta é iniciativa da Federação PT/PV, composta pelos vereadores Angelo Vanhoni, Giórgia Prates, Maria Letícia e Professora Josete.

A concessão da Declaração foi aprovada em duas votações no Legislativo Municipal, sendo um importante marco na trajetória do Instituto, reconhecendo a grande contribuição na defesa dos direitos humanos nos últimos 10 anos.



Libina da Silva Rocha
Presidente

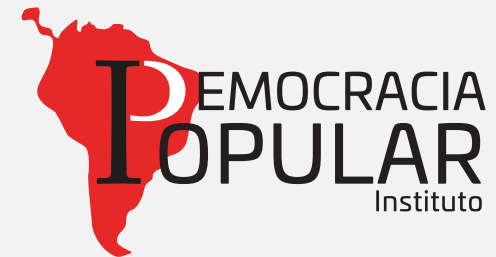
Julia Bonnet
Secretária Geral

Suely Filippetto
Tesoureira

Valéria Fiori
Coordenadora Direito à Cidade

Denise Filippetto
Coordenadora Saúde do Trabalhador

Yasmim Reck
Secretária de Comunicação



Acompanhe nossas redes
[@institutodemocraciapopular](https://www.instagram.com/institutodemocraciapopular)

Rua Almirante Gonçalves, 2100.
Rebouças, Curitiba /PR.

www.democraciapopular.org.br